

DESAFIOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ATUAL GOVERNO LULA: A URGENTE SUPERAÇÃO DO BOLSONARISMO

Larissa de Quadros Machado – UEPG - lariqm25@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar discussões preliminares de pesquisa de mestrado em andamento. Esta, refere-se aos desafios para o âmbito político-educacional do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O referencial teórico-epistemológico que orienta o processo da pesquisa é o materialismo histórico e dialético, reiterando o compromisso da pesquisadora com a realidade educacional do país e as abissais desigualdades sociais acentuadas na gestão Bolsonaro. As reflexões estão pautadas em análise de levantamento bibliográfico e documental.

Investigar e analisar uma ou várias políticas educacionais, sobretudo as que estão em andamento – como é o caso desta pesquisa – requer um comprometimento profundo com a realidade estudada. A esse respeito, com base no pensamento de Gramsci, Flach (2020, p. 13) argumenta que “a análise de políticas educacionais tem como pano de fundo a compreensão crítica da realidade, explicita a luta por hegemonia evidenciada na realidade pesquisada e contribui para que alternativas possíveis para a superação das desigualdades sejam visualizadas”.

Nesta perspectiva, para compreender as decisões de um determinado governo em relação ao estudo, implementação e avaliação de políticas educacionais “sob a perspectiva marxista, implica tomá-las como um complexo que só pode ser entendido na sua relação com outros complexos que formam a totalidade social” (Masson; Flach, 2018, p. 14).

Por isto, com o intuito de avançar na investigação, faz-se necessário conhecer, compreender, problematizar e revelar os desafios no que se refere ao enfrentamento das políticas fascistas engendradas pelo governo Bolsonaro, bem como as ações prometidas no plano de governo do atual presidente, a fim de superar as desigualdades e contribuir para o avanço de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada, fruto de árduos anos de luta da classe trabalhadora. É nesse contexto que se insere este texto.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

“Eliminar os adversários – eis a perversão que domina a mentalidade bolsonarista, disfarçada de uma guerra cultural conduzida por acéfalos e ressentidos” (Rocha, 2023, p. 51, grifo do autor). Aqui encontramos o maior motivo pelo qual a extrema-direita conseguiu chegar ao poder no Brasil. De acordo com Lacerda (2019, p. 187) “a expressiva acumulação de forças de Bolsonaro ocorre ao longo do período do primeiro mandato da então presidenta Dilma Rousseff”.

Adepto do discurso do antipetismo, militarismo e contra supostas ideologias de esquerda, Bolsonaro inaugurou a onda do neoconservadorismo no país, junto à defesa da família, da pátria e da liberdade, discursos que flertam nitidamente com o fascismo. Para Rocha (2023, p. 21)

A guerra cultural somente triunfa ao personalizar as causas dos processos históricos, isto é, ao concretizar o falso moralismo da pauta de costumes em indivíduos que passam a canalizar a violência gerada pela radicalização ideológica, tornando-se alvos de perseguição marcada pelo ódio e mesmo pelo desejo de eliminação física do outro. [...] o ódio alimentado pelo então ex-presidente Lula foi a condição necessária para o triunfo de Bolsonaro.

Neste sentido, Bolsonaro – que apresentou inexpressiva atividade legislativa durante 28 anos como deputado federal – elegeu-se presidente da república, com o objetivo de, segundo ele, derrubar a hegemonia da esquerda no país. Nesta toada, a educação foi uma das áreas mais atingidas durante seu governo.

Entre 2019 e 2022 o Brasil viveu, no contexto das políticas educacionais, um período de retrocesso da luta da classe trabalhadora em prol da educação pública. Troca constante de ministros da pasta e a implementação de políticas como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (instituído pelo Decreto nº 10.004/2019) “além de refletirem a concepção neoliberal de educação, escancararam um projeto de nação que vê no ataque à educação o caminho para tornar a realidade brasileira ainda mais excludente, reacionária, conservadora e hostil a qualquer forma de pensamento mais elaborado” (Clementino; Oliveira, 2023, p. 17).

Em contrapartida, com a eleição de 2022, em que estavam na liderança da disputa para presidência Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, o país pôde esperar com dias melhores e tempos mais democráticos. Com a vitória – e, diga-se

de passagem, com o auxílio de uma frente ampla de partidos políticos – Lula assume a presidência para um terceiro mandato. Conforme destaca Leher *et al* (2023, p. 2) “é um alento histórico que, para ser sustentável social e politicamente, exigirá da educação pública a irradiação de culturas democráticas e de massiva pedagogia política que contribuam para a desfascistização da sociedade”. Nesta ótica, um dos principais desafios a serem enfrentados por Lula, a fim de superar o manto do Bolsonarismo sobre a educação pública brasileira, deveria ser o repúdio relativo à agenda conservadora em curso nas políticas educacionais.

No entanto, com a composição da equipe responsável pela transição de governo e da própria pasta do Ministério da Educação, Lula demonstrou que, conforme visto em seus governos anteriores, a frente ampla de partidos que ajudou a elegê-lo também faria parte de seu governo. A nomeação do Ministro Camilo Santana, ex-governador do Ceará, “responsável por implementar no estado uma forte política gerencial [...] pode dar sinais de uma orientação política que privilegia a meritocracia” (Clementino; Oliveira, 2023, 17).

Outro fator importante a ser analisado, deste primeiro ano de governo de Lula, é a não-revogação de programas que prejudicam o avanço da educação pública – a exemplo do Novo Ensino Médio e do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – e até mesmo a abertura do governo às entidades privadas, que tem na educação um terreno fértil para inculcar o pensamento da classe dominante, colocando a classe trabalhadora em situação de cada vez maior subserviência ao capital.

No que tange aos exemplos citados acima, após intensa reivindicação de diversas associações e entidades voltadas à defesa da educação pública, o governo demonstrou alguns sinais de mudança. Sobre o Novo Ensino Médio, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.230/23, que visa alterar elementos da Lei 13.415/2017, o qual será votado apenas no ano de 2024 e que, durante o trâmite, poderá sofrer alterações, sejam estas positivas ou ainda mais negativas.

Já no que se refere ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, anunciou seu encerramento progressivo, que embora significativo, não traduz o fim do programa, uma vez que estados e municípios podem, ainda, expandir o número de escolas cívico-militares por meio de programas próprios, como é o caso do estado do Paraná.

Apesar das lentas e poucas mudanças visualizadas no primeiro ano de mandato, além é claro dos novos programas, leis e projetos em andamento propostos pelo governo – que não serão elencados neste resumo, devido ao limite para as reflexões – a vitória de Lula demonstrou “uma virada copernicana para o mundo por derrotar um governo de cariz neofascista, mas isso não significa uma página virada” (Leher *et al*, 2023, p. 4), demonstrando a necessária e urgente superação do Bolsonarismo no país.

CONSIDERAÇÕES

De acordo com Fresu (2018, p. 19) na visão de Marx, política e educação “ficam deontologicamente entrelaçados”, portanto, as contradições do atual governo Lula não podem ser negadas, visto que alianças serão, necessariamente, realizadas. Por isso, a persistência na luta é imprescindível, visto que o resgate dos princípios que fundamentam uma educação livre, democrática, justa e igual para todos e todas é extremamente necessário.

REFERÊNCIAS

- CLEMENTINO, A. M.; OLIVEIRA, D. A. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rouseff: aprendendo com as lições do passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e22022, p. 1-23, 2023.
- FLACH, S. F. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas em políticas educacionais. **ReLePe**, Ponta Grossa, v. 5, e2015219, p. 1-18, 2020.
- FRESU, G. De Marx a Gramsci: educação, relações produtivas e hierarquia social. In: SCHLESENER, A. H.; OLIVEIRA, A. L.; ALMEIDA, T. M. G. (Orgs). **A atualidade da Filosofia da Práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018. p. 19-63.
- LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- LEHER *et al*. Novas possibilidades históricas para a democracia e para a educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 44, e271371, p. 1-9, 2023.
- MASSON, G.; FLACH, S. F. O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais. **ReLePe**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-15, 2018.
- ROCHA, J. C. C. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.